

SUMÁRIO

PARTE I – TEORIA

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS SUCESSÕES	21
1.1. Conceituação e o objeto da sucessão hereditária	21
1.2. Da abertura da sucessão	23
1.3. A morte no ordenamento jurídico brasileiro	28
1.3.1. Morte real	29
1.3.2. Morte presumida sem declaração de ausência	31
1.3.3. Morte presumida com declaração de ausência	32
1.3.4. Comoriência e suas conseqüências no Direito das Sucessões	40
1.4. Lugar da abertura da sucessão	44
1.5. Legislação aplicável e legitimação para suceder	46
1.6. A sucessão dos bens digitais	47
2. MODALIDADES GERAIS DA SUCESSÃO <i>MORTIS CAUSA</i>	61
2.1. Quanto à fonte	61
2.2. Quanto à destinação dos bens da herança	64
3. DA HERANÇA E SUA ADMINISTRAÇÃO	67
3.1. Características gerais	67
3.2. Aceitação	71
3.2.1. Expressa	73
3.2.2. Tácita	73
3.2.3. Presumida	74
3.3. Renúncia	76
3.4. Cessão de direitos hereditários	86
3.4.1. Disposições gerais	86
3.4.2. Síntese das características da cessão de direitos hereditários	98
3.5. Quadro comparativo entre renúncia e cessão de direitos hereditários	98
4. CAPACIDADE SUCESSÓRIA	99
4.1. Sucessão legítima	99
4.2. Sucessão testamentária	103

5. EXCLUSÃO DA SUCESSÃO	111
5.1. Indignidade	111
5.2. Deserdação	120
5.3. Quadro comparativo entre indignidade e deserdação	126
5.4. Ampliação do rol de possibilidades de exclusão da herança	127
5.5. Alienação parental como causa de exclusão sucessória	134
6. SUCESSÃO LEGÍTIMA	137
6.1. Noções gerais	137
6.2. Modos de suceder e partilhar a herança	138
6.2.1. Modos de suceder: direito próprio, representação ou transmissão	138
6.2.2. Modos de partilhar a herança: cabeça, estirpe ou linha	140
6.2.3. Direito de representação nos casos de comoriência entre ascendente e descendente, ou entre irmãos	143
6.3. Sucessão dos descendentes	146
6.3.1. Da sucessão dos descendentes em geral	146
6.3.2. Da sucessão na multiparentalidade	151
6.4. Sucessão dos ascendentes	156
6.4.1. Sucessão dos pais	157
6.4.2. Sucessão dos pais nas hipóteses de vínculo multiparental	159
6.4.3. Sucessão dos avós e dos demais ascendentes	160
6.4.4. Sucessão dos avós nas hipóteses de vínculo multiparental	162
6.5. Sucessão do cônjuge e do companheiro	165
6.5.1. Disposições gerais	165
6.5.2. Renúncia de herança no pacto antenupcial ou convivencial	167
6.5.3. Sucessão exclusiva do cônjuge e do companheiro	178
6.5.4. Sucessão do cônjuge e do companheiro com descendentes	180
6.5.4.1. Relacionamento norteado pela comunhão parcial de bens	181
6.5.4.2. Relacionamento norteado pela comunhão universal de bens	186
6.5.4.3. Relacionamento norteado pela separação convencional (total ou absoluta) de bens	190
6.5.4.4. Relacionamento norteado pela separação obrigatória (legal) de bens	195
6.5.4.5. Relacionamento norteado pela participação final nos aquestos	207
6.5.4.6. Relacionamento norteados por regimes de bens mistos	211

6.5.4.7.	Modificação do regime de bens no curso do relacionamento afetivo	213
6.5.4.8.	Síntese do direito de concorrência do supérstite com os descendentes	215
6.5.4.9.	Modo de partilha na concorrência do supérstite com descendentes	215
6.5.5.	Sucessão do cônjuge e do companheiro com ascendentes	218
6.5.5.1.	Concorrência do supérstite com ambos os sogros	219
6.5.5.2.	Concorrência do supérstite com apenas um dos sogros	221
6.5.5.3.	Concorrência do supérstite com avós, bisavós ou outros ascendentes	222
6.5.5.4.	Resumo da concorrência do supérstite com ascendentes	225
6.5.5.5.	Concorrência do sobrevivente com os ascendentes nas hipóteses de multiparentalidade	225
6.5.6.	Requisitos para a participação do supérstite na herança	229
6.5.7.	Direito real de habitação	232
6.5.7.1.	A sua previsão legislativa no direito brasileiro	232
6.5.7.2.	O direito real de habitação nas uniões homossexuais, paralelas e poliafetivas	242
6.5.8.	Síntese dos direitos assegurados ao supérstite nos autos do inventário e partilha	247
6.6.	Sucessão dos colaterais	248
6.6.1.	Sucessão dos irmãos	249
6.6.2.	Sucessão dos sobrinhos e tios	254
6.6.3.	Sucessão dos tios-avós, sobrinhos-netos e primos	256
6.7.	Sucessão do companheiro e os motivos da inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil	256
7.	HERANÇA JACENTE E VACANTE	269
7.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	269
7.2.	Esquema sobre herança jacente e vacante	276
8.	SUCCESSÃO TESTAMENTÁRIA	277
8.1.	Disposições gerais	277
8.2.	Disposição testamentária e o respeito à legítima	291
8.3.	A inconstitucionalidade do artigo 1.790 Do código civil e o <i>status</i> jurídico do companheiro enquanto herdeiro necessário ou facultativo	297
8.4.	Capacidade testamentária	302

8.5.	Prazo para a impugnação do testamento	307
8.6.	Das formas ordinárias de testamento	311
8.6.1.	Público	311
8.6.2.	Particular	320
8.6.2.1.	Disposições gerais	320
8.6.2.2.	Particular em circunstâncias excepcionais	326
8.6.2.2.1.	Disposições gerais	326
8.6.2.2.2.	É válido um testamento realizado apenas por vídeo ou gravação de áudio?	329
8.6.3.	Cerrado	330
8.7.	Das formas especiais de testamento	335
8.7.1.	Marítimo e Aeronáutico	336
8.7.2.	Militar	338
8.8.	Do codicilo	340
8.9.	Das disposições testamentárias	345
8.9.1.	Disposições proibidas	346
8.9.2.	Disposições permitidas	349
8.9.3.	Limites das disposições com encargo e a impossibilidade do estabelecimento de cláusulas condicionais perpétuas	353
8.9.4.	Estipulação de cláusula arbitral	355
8.9.5.	A possibilidade de nomeação de curador especial para administrar bens destinados ao filho por herança	359
8.9.6.	Interpretação	361
8.10.	Cláusulas restritivas	365
8.11.	Substituições	375
8.11.1.	Substituição ordinária, vulgar ou direta	376
8.11.2.	Substituição fideicomissária	378
8.12.	Legado	383
8.12.1.	Disposições gerais	383
8.12.2.	Modalidades	385
8.12.2.1.	Legado de coisa certa	385
8.12.2.2.	Legado de coisa alheia	385
8.12.2.3.	Legado de bens fungíveis	386
8.12.2.4.	Legado de bens localizados	387
8.12.3.	Espécies	389
8.12.3.1.	Legado de imóvel	389
8.12.3.2.	Legado de usufruto	389
8.12.3.3.	Legado de crédito	390
8.12.3.4.	Legado de quitação de dívida	391
8.12.3.5.	Legado de dinheiro	393
8.12.3.6.	Legado de alimentos	394
8.12.3.7.	Legado alternativo	396

8.12.4.	Efeitos e pagamento	398
8.12.5.	Caducidade	400
8.13.	Direito de acrescer entre herdeiros e legatários	402
8.14.	Redução das disposições testamentárias	406
8.15.	Testamenteiro	409
8.16.	Revogação	417
8.17.	Rompimento do testamento	420
9.	INVENTÁRIO E PARTILHA: TEORIA GERAL	427
9.1.	Inventário. Conceito e espécies	427
9.1.1.	O inventário como um processo multipolar	429
9.2.	Inventário negativo	430
9.3.	Inventário como procedimento especial. A adaptação da tutela jurisdicional às necessidades do direito das sucessões	431
9.4.	Jurisdição contenciosa ou voluntária?	433
9.5.	Cognição no inventário e as questões de alta indagação	436
9.5.1.	Cognição no inventário e competência para o reconhecimento de união estável	441
9.5.1.1.	Suspensão do processo de inventário em virtude de ação de reconhecimento de união estável?	442
9.5.1.2.	Desnecessidade de ação de reconhecimento de união estável no curso do inventário?	443
9.5.2.	Outros meios para análise de questões de alta indagação no inventário	444
9.6.	Meios consensuais de solução de conflitos no inventário e na partilha	444
9.7.	Negócios processuais no inventário e na partilha	449
9.7.1.	Limites aos negócios processuais no inventário	452
9.8.	Tutelas provisórias no inventário e na partilha	453
9.8.1.	Perda da eficácia da tutela provisória	456
9.9.	Curador especial no inventário	458
9.10.	Representação do espólio – o administrador provisório e o inventariante	459
9.10.1.	Representação pelo administrador provisório	459
9.10.2.	Representação pelo inventariante	461
9.10.3.	Situação das ações judiciais em que o falecido era parte	461
9.10.4.	Representação do espólio extrajudicialmente	464
9.11.	Competência	465
9.11.1.	Jurisdição internacional exclusiva em inventários de bens situados no Brasil	467
9.11.2.	A possibilidade de fragmentação da sucessão quando há bens no Brasil e no exterior	468
9.12.	Cumulação de inventários	469

9.13.	Recursos no inventário e na partilha	472
9.13.1.	Decisões interlocutórias	472
9.13.2.	Sentença	474
10.	INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL	477
10.1.	O alcance do inventário extrajudicial e o novo sentido de acesso à justiça no processo civil brasileiro	477
10.1.1.	Controle judicial do inventário extrajudicial	481
10.2.	Inventário extrajudicial quando existe testamento	482
10.3.	Sobrepilha extrajudicial ou partilha parcial	485
10.4.	Reconhecimento consensual de filiação socioafetiva no inventário extrajudicial	485
10.5.	Requisitos para a celebração da escritura pública de partilha	486
10.6.	Possibilidade de inventário extrajudicial envolvendo incapazes	490
10.7.	Possibilidade de alvará em inventário extrajudicial	491
10.8.	Importantes inovações trazidas pela Resolução nº 452/2022 do CNJ	492
11.	INVENTÁRIO JUDICIAL – PROCEDIMENTO	495
11.1.	Prazo para abertura e encerramento do inventário	495
11.2.	Legitimidade para requerer o inventário e a partilha	497
11.2.1.	Legitimidade para pleitear o recebimento de valores devidos em vida ao <i>de cuius</i> e não recebidos	499
11.2.2.	Litispêndia entre inventários?	499
11.3.	Impossibilidade de abertura de inventário de ofício	501
11.4.	Intervenção do Ministério Público nos inventários	502
11.5.	Requerimento de inventário e partilha	503
11.6.	Custas	504
11.7.	Nomeação do inventariante	505
11.7.1.	Funções do inventariante	509
11.7.2.	Remoção do inventariante	513
11.7.2.1.	Medidas executivas sobre o inventariante removido. As medidas executivas atípicas	518
11.7.3.	Inventariante dativo e os negócios jurídicos processuais	520
11.7.4.	Inventariança plúrima	526
11.8.	Primeiras declarações	527
11.8.1.	Bens a inventariar. O caso dos imóveis sem registro	531
11.8.2.	Bens de sociedade de fato	532
11.8.3.	Cotitularidade de bens	533
11.9.	Citações e intimações	533
11.9.1.	Manifestação dos citandos	538
11.10.	Admissão de herdeiros no inventário	542
11.11.	Avaliação dos bens do espólio	543
11.12.	Últimas declarações	548

11.12.1. Responsabilidade sobre despesas de bens usufruídos por herdeiro até a partilha	548
11.13. Sonegação de bens. Aspectos processuais da ação de sonegados	549
11.13.1. Termo inicial da prescrição da ação de sonegados	553
11.14. Colações	554
11.15. Pagamento de dívidas	559
11.15.1. Pagamento das dívidas do espólio	559
11.15.2. Pagamento das dívidas dos herdeiros	566
11.15.3. Impossibilidade de o herdeiro responder por dívida do falecido que não deixa bens	569
11.16. Alienação de bens do monte no curso do inventário	570
11.17. suspensão do inventário	570
11.17.1. Suspensão do inventário judicial na pendência do inventário extrajudicial	573
11.18. Levantamento de valores do quinhão pelos herdeiros	573
12. O IMPOSTO DE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS	577
12.1. Alíquota	578
12.2. Base de cálculo	584
12.3. Sujeito passivo e lançamento do imposto	585
12.4. Pedido de isenção	588
12.5. Imposto de reposição	590
12.6. Suspensão da exigibilidade do tributo	590
12.7. Imposto na sobrepartilha	591
13. DA PARTILHA	593
13.1. Noções iniciais	593
13.2. Antecipação do exercício de direitos sobre bens do espólio	594
13.3. Arbitramento de aluguel	597
13.4. A nomeação do partidor judicial como meio de celeridade do procedimento	598
13.5. Critérios para a realização da partilha judicial	601
13.6. Formal de partilha	605
13.6.1. Direitos da meeira	606
13.6.2. Partilha e titularidade de ações	606
13.7. Emenda, anulação e rescisão da partilha	607
13.7.1. Emenda	607
13.7.2. Anulação	609
13.7.3. Rescisão	612
13.7.4. <i>Querela nullitatis</i> e sentença de partilha	616
13.8. Sobrepartilha	619
13.9. Gráfico: procedimento de inventário litigioso	622

14. ARROLAMENTO	623
14.1. Arrolamento sumário. Cabimento e procedimento	624
14.1.1. Disposições gerais	624
14.1.2. Pagamento do imposto	626
14.1.3. Gráfico: procedimento de arrolamento sumário	630
14.2. Arrolamento comum	631
14.2.1. Disposições gerais	631
14.2.2. Gráfico: procedimento de arrolamento comum	635
14.3. Tabela de diferenças entre arrolamento sumário e comum	636
15. ALVARÁ JUDICIAL	637
15.1. Bens que não dependem de inventário	637
15.2. O alvará	641
15.2.1. Alvará independente e alvará incidental	642
15.2.2. Alvará em favor de terceiros	643
15.2.3. Alvará para levantamento de valores ou alienação de bens	644
15.2.4. Desnecessidade de apresentação de certidões negativas	645
15.2.5. Venda extrajudicial de bens sem alvará	646
16. OUTRAS AÇÕES SUCESSÓRIAS	647
16.1. Abertura e registro de testamento cerrado	647
16.2. Cumprimento de testamento público	650
16.3. Publicação e cumprimento de testamento particular	651
16.4. Petição de herança	653
16.4.1. Cabimento e legitimidade	653
16.4.2. Prazo	656
16.4.3. Competência	659
16.4.4. Procedimento e natureza da sentença	659
16.4.5. Litispendência em ações de petição de herança	661
16.5. Ação de prestação de contas pelo inventariante	661
16.5.1. Cabimento	661
16.5.2. Legitimidade e competência	663
16.5.3. Procedimento	664

PARTE II – MODELOS

1. Abertura de inventário	669
2. Arrolamento sumário	671
3. Cumprimento de testamento público	674
4. Cumprimento de testamento particular	676
5. Escritura de inventário e partilha de bens	678
6. Inventário extrajudicial – com adjudicação	681

7.	Primeiras declarações	683
8.	Arrolamento sumaríssimo – abertura	686
9.	Arrolamento sumaríssimo – declarações	688
10.	Termo de compromisso de inventariante	691
11.	Requerimento de inventário – existência de filhos menores	692
12.	Abertura de inventário conjunto	694
13.	Inventário aberto pelo Ministério Público	696
14.	Inventário – com testamento	698
15.	Requerimento de alvará – FGTS	700
16.	Requerimento de sobrepartilha	702
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		703
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO		715